



## O SINAL DAS UNIVERSIDADES EM LIBRAS: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL

Sédina dos Santos Jales Ferreira<sup>1</sup>

José Arnor de Lima Júnior<sup>2</sup>

Índira Simionatto Stedile Assis Moura<sup>3</sup>

Niáscara Valesca do Nascimento Souza<sup>4</sup>

Juliana Fernandes Montalvão Mateus<sup>5</sup>

### RESUMO

Neste trabalho, objetivamos compreender qual a motivação discursivo-ideológica na criação dos sinais das universidades brasileiras. Para tanto, fazemos um levantamento de sinais utilizados para fazer alusão a essas universidades. Como um critério maior para a seleção de quais exemplares seriam ilustrativos do fenômeno abordado, elencamos apenas aqueles sinais advindos de instituições públicas federais. No que concerne à quantidade, optamos por eleger cinco, número suficientemente grande para observar a repetição de certas características no ato de nomear. No que diz respeito ao material utilizado para embasar as discussões deste trabalho, recorremos a autores dos Estudos Surdos, dentre os quais Perlin (2003), Ladd (2005) e Strobel (2009). A opção teórica foi feita com vistas à compreensão de como os sinais desempenham papel essencial no contexto da comunidade surda, como a língua se constitui em um arfeto cultural e como os sujeitos, ao nomearem o mundo, se percebem social e identitariamente. Ao final desta investigação, fica evidente a pluralidade de motivações para a nomeação, algumas de ordem prioritariamente linguística, outras de ordem estritamente sociocultural.

**Palavras-chave:** Nomeação, Motivação, Universidades, Libras, Sinais.

### INTRODUÇÃO

A relação entre iconicidade e arbitrariedade tem acompanhado os pesquisadores desde o surgimento da linguística como área do conhecimento. Na visão saussuriana, o signo é convencionalizado e, portanto, não há relação natural entre a imagem acústica de uma palavra e o seu conceito. Ou, dito de outro modo, utilizando a terminologia adotada por Ferdinand de Saussure, é arbitrária a relação entre o significado e o significante (SAUSSURE, 2006). Nessa controvérsia, debruçaram-se diversos estudiosos, os quais concordavam parcialmente ou divergiam da concepção adotada pelo escritor.

Nos estudos feitos por Stokoe (1960), responsáveis por revolucionar a pesquisa linguística, observou-se a estruturação fonológica da American Sign Language (ASL),

<sup>1</sup> Mestranda em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, [sedina.jales@hotmail.com](mailto:sedina.jales@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, [arnorjr\\_brasil30rn@hotmail.com](mailto:arnorjr_brasil30rn@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda em Linguística da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, [indirastedile@gmail.com](mailto:indirastedile@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestra em Ambiente, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Rural do Semi Árido – UFERSA, [niascara.souza@ufersa.edu.br](mailto:niascara.souza@ufersa.edu.br);

<sup>5</sup> Mestranda em Educação do Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES, [julinda426@hotmail.com](mailto:julinda426@hotmail.com);

posteriormente estendida à realidade das demais línguas de sinais. É preciso lembrar que o “fonema” passou a ser tomado não como o som, mas como a unidade mínima distintiva do sistema linguístico. Nesse âmbito, essas ramificações, segmentações do sinal passaram a abarcar o Movimento, a Locação, a Configuração de Mão, a Orientação da Mão e a Expressão Facial e Corporal.

No que se refere à subdivisão criada para análise linguística, certos autores passaram a contrapor sinais icônicos a sinais arbitrários, indicando, no processo de sinalização, a motivação para a criação de certos sinais. Todavia, essa separação, explicitada por Strobel e Fernandes (1998), não diz respeito à uma relação intrínseca dentro do sinal, constitutiva dele, por assim dizer. A noção de iconicidade defendida nos Estudos Surdos relaciona-se a uma motivação extralinguística, concernente à realidade material. Isso posto, arbitrariedade e iconicidade não se opõem, como alguns defendem, e sim fazem menção a objetos diferentes.

A levar em conta essas particularidades linguísticas, decidimos incidir, nesta investigação, sobre o contexto de origem de determinados sinais. Especificamente, nosso objetivo é **compreender qual a motivação discursivo-ideológica na criação dos sinais das universidades brasileiras**. A predileção por essa temática advém de haver poucos estudos que abordem essa problemática e tragam luz à relação entre os sinais e a justificativa histórico-social envolvida em sua concepção.

## **METODOLOGIA**

De natureza qualitativa e paradigma interpretativista, este trabalho realizou, em suma, um levantamento de sinais utilizados para fazer alusão a universidades brasileiras. Como um critério maior para a seleção de quais exemplares seriam ilustrativos do fenômeno abordado, adotamos apenas aqueles sinais advindos de instituições públicas federais. No que concerne à quantidade, optamos por eleger cinco, número suficientemente grande para observar a repetição de certas características no ato de nomear. Para além disso, a amostra escolheu uma universidade de cada região do país, quais sejam, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Posto isso, de início entramos em contato com diversas universidades e, dessa primeira relação estabelecida, algumas se dispuseram a participar da pesquisa. Dessas respostas obtidas, levamos em consideração os profissionais que poderiam, efetivamente, explicitar as raízes históricas, sociais e identitárias dos sinais das universidades. Para tanto, entendemos que

os professores, técnicos e afins mais ligados à comunidade surda e participantes da criação dos cursos de Letras – Libras deveriam ser os focos do estudo.

Assim, a esquadrihar o panorama possível para o desenvolvimento investigativo, as cinco universidades selecionadas foram a Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Universidade Federal do Goiás (UFG); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em cada uma delas, possuíamos pessoas as quais podiam dissertar sobre a temática com segurança e discernimento. Todavia, a fim de garantir o anonimato e preservar a identidade dos sujeitos de pesquisa, seus nomes não serão divulgados. Esclarecemos que se trata de especialistas surdos atuantes junto a suas instituições de origem.

Após ter a listagem dos entrevistados, fizemos contato informalmente por meio das redes sociais, com o intuito de conseguirmos fazer as anotações necessárias. Dentro desse processo mais amplo, destacamos a gravação de vídeos, ligações de *WhatsApp*, comentários escritos e conversações espontâneas. Finalizada a coleta de dados, o pesquisador-participante fotografou os sinais em um laboratório adequado. Seguimos os protocolos esperados para o processo de interpretação, de forma a tornar mais clara a imagem. Com plano de fundo e vestimenta lisa, reproduzimos as figuras que servirão de base à análise empreendida.

Um último adendo é o de que devido ao fato de a exposição dos sinais ter sido realizada pelo próprio pesquisador, não foi necessário submeter a investigação ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/HFA). Os procedimentos anteriores supriram a base/o conhecimento para a correlação entre as figuras e a circunstância de suas respectivas criações.

## REFERENCIAL TEÓRICO

No que diz respeito ao material utilizado para embasar as discussões deste trabalho, recorreremos a autores dos Estudos Surdos, dentre os quais Perlin (2003), Ladd (2005) e Strobel (2009). A opção teórica foi feita com vistas à compreensão de como os sinais desempenham papel essencial no contexto da comunidade surda, como a língua se constitui em um arfeto cultural e como os sujeitos, ao nomearem o mundo, se percebem social e identitariamente.

Dito isso, compreendamos que, na perspectiva defendida por Perlin (2003), a identidade do surdo é construída em meio à experiência visual, em contraste com os ouvintes, cuja visão de mundo é acústica/sonora. Tal discrepância é crucial para pensar a singularidade dos traços que definem esse grupo social. Aliás, para Bauman (2005) e outros autores da pós-

modernidade, é na diferença em que se pode vislumbrar o sujeito. Uma pessoa é constantemente tensionada pelos horizontes axiológicos ao seu redor, e o seu Eu emerge do confronto entre distintas formas de ser e de agir. Os surdos, por exemplo, ao adquirirem conhecimento, rirem e conversarem espontaneamente de modo visual-espacial, veem-se com um aspecto ontológico diverso do da cultura majoritária. Como consequência, estabelecem outras relações de pertença, embora, logicamente, não consigam se distanciar dos padrões socialmente impostos.

É nesse embate, pois, que se desenvolve na pessoa surda ojeriza ou afinidade com as comunidades circundantes. A assimilação ou a recusa ao discurso médico patologizante origina-se do histórico familiar, das tentativas prévias de homogeneização e, de maneira mais ampla, do cenário ideológico no qual o indivíduo se vê imerso. Inclusive, no caso de lutas por poder, a inclinação a certas ideias pode ser vista como um tipo de resistência. Quando sua existência cultural é posta em cheque, a união desses sujeitos e daqueles que se engajam no respectivo movimento social objetiva instituir uma frente antagônica a essas formas de dominação.

Nesse quadro, o corpo da pessoa surda passa a ser objeto de controle, como se enxerga na oralização forçada, nas rotinas com o fonoaudiólogo e nas penas para a não adequação à “normalidade”. Na fase de aquisição linguística, expostos a uma concepção social pré-estabelecida, não são capazes de compreender a ideia de pertencimento e são enformados. Ganha força a exigência de cumprir os papéis sociais esperados. É o que revela Foucault (2009), no trecho a seguir:

o ponto de aplicação da pena não é a representação, é o corpo, é o tempo, são os gestos e as atividades de todos os dias; a alma, também, mas na medida em que é sede de hábitos. O corpo e a alma, como princípios dos comportamentos, formam o elemento que agora é proposto à intervenção punitiva. Mais que sobre uma arte de representações, ela deve repousar sobre uma manipulação refletida do indivíduo (FOUCAULT, 2009, p.124).

Por vezes, a marcação da diferença pode refletir um rechaço ao discurso ouvintista. É nessa acepção que se abordam as “fronteiras”, termo capaz de reproduzir tanto um distanciamento quanto uma aproximação entre comunidades. Isso ocorre porque o indivíduo é ambíguo, e sua história de vida é definida por uma série de contradições. Em vista disso, as exigências para que a pessoa surda se encaixe no protótipo de sujeito dócil, fragilizado não

correspondem à realidade e nem demonstram a infinidade de identidades nas quais eles se moldam.

A respeito dessa hegemonia latente, os artefatos culturais da comunidade surda são uma espécie de afirmação, de congregação de valores comuns entre os membros. Munidos de uma experiência ímpar, os surdos registram a poesia, manifestam-se politicamente, reúnem-se em meio à vida social da cidade e praticam esportes. Um desses artefatos, em especial, nos é caro. Trata-se da língua de sinais, a Libras, no caso dos surdos brasileiros. Dentre os elementos imprescindíveis à tradição desse povo, a capacidade de produzir sinais inteligíveis e de mobilizá-los com determinados fins é um recurso inestimável. Por meio da Libras, definem pautas e articulações afins, orientam-se em direção àquilo que melhor lhes apetece. A valorização desse objeto cultural, então, aparece como um tema comum e recorrente no antro dos Estudos Surdos, dado ser motivo de orgulho para os integrantes da comunidade.

Nesse sentido, a criação de um sinal – e a sua mudança no decurso do tempo, seja natural ou proposital – reflete concepções de mundo. Não há enunciado neutro, como se poderia encontrar nos escritos do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2014). A palavra é revestida de sentido e de posicionamento valorativo, e depende do modo como é entoada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados os sinais e explicado o sentido subjacente. Após a demonstração visual, os aspectos trazidos à tona levarão em conta a história – a evolução diacrônica do sinal – e as motivações icônicas – a relação entre o sinal e objetos existentes na realidade material. Vale ressaltar que o profissional responsável pela sinalização é o próprio pesquisador.

Dito isso, a fim de iniciar as reflexões ora anunciadas, observamos o sinal da Universidade Federal do Ceará, conforme se segue:

Figura 1 – Sinal de “Universidade Federal do Ceará (UFC)”



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com a pretensão de remontar o porquê de o sinal explicitado ter se consolidado como tal, é preciso voltar à criação dos cursos de Letras – Libras em território brasileiro. Em 2006, implementou-se o primeiro curso superior para a formação de professores de Libras, com vistas a atender à Lei da Libras (BRASIL, 2002) e o Decreto da Libras (BRASIL, 2005). Tal empreitada foi realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição que se tornou referencial nacional. Munidos de um currículo deveras inovador, a UFSC levou a formação acadêmica, no modelo EaD, a surdos de diversos estados do país.

Nesse cenário, reuniram-se os estudantes para a criação de um sinal, uma vez que somente era feita, até então, a soletração manual. A imagem presente na Figura 1 é motivada pela folha presente no logotipo da universidade. Antes dessa imagem, tentou-se algo semelhante, porém, com a letra “V”. Essa decisão foi logo descartada, haja vista ser preferida uma configuração de mão sem indício direto de um empréstimo linguístico da língua portuguesa. Logo, o sinal da Figura 1 encontrou a validação dentro dos círculos acadêmicos e firmou-se como a escolha mais acertada.

A seguir, contextualizamos o sinal da Universidade Federal de Rondônia:

Figura 2 – Sinal de “Universidade Federal de Rondônia (UNIR)”



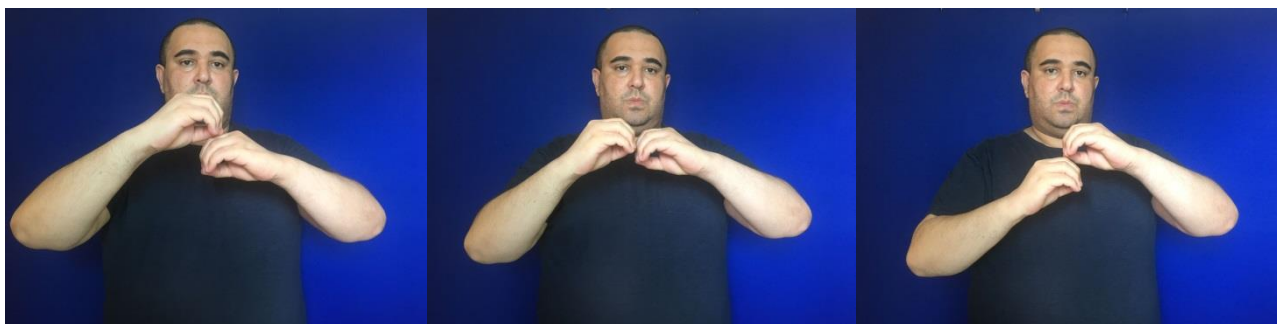
Fonte: Elaborado pelo autor.

No que se refere ao sinal da Figura 2, o contexto de criação está ligado a um curso básico de Libras pra ouvintes. Essas aulas eram ministradas na UNIR, onde, até então, não havia curso superior para formação de professores e intérpretes de língua de sinais. Nesse ambiente, uma surda, contratada para lecionar, havia visto na porta um símbolo presente na logotipo da universidade. Tratava-se do que, para ela, se assemelhava uma estrela. Vendo aquele símbolo estar presente na farda dos alunos, criou o sinal próximo ao peito, replicando, com as duas mãos, a marca representativa estampada em diversos lugares.

Tempos demais, com a criação do curso superior de Letras – Libras da UNIR, os professores efetivos, ao adentrarem a instituição, depararam-se com a problemática da criação de um sinal para o curso. Porém, realizando uma pesquisa junto à comunidade surda, descobriram que aquele sinal já era largamente utilizado e poderia ser adaptado a uma nova circunstância, sem necessidade de uma deliberação maior por parte dos pesquisadores.

Como se nota, a logotipo está presente na maioria das vezes, como é o caso da Universidade Federal de Goiás, a seguir:

Figura 3 – Sinal de “Universidade Federal de Goiás (UFG)”



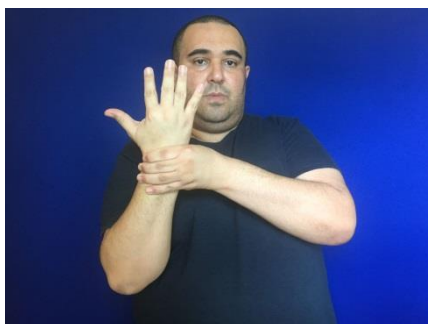
Fonte: Elaborado pelo autor.

A respeito da UFG, o sinal considerou a identidade visual, a saber, a logotipo composta de seis hexágonos azuis dispostos ao redor do nome da universidade. Isso se deu com a criação do polo UFG na modalidade EaD. No propósito de criar um sinal que replicasse a imagem aludida, optou-se por realizar uma votação. Cada um dos integrantes de um grupo, composto pelos docentes recém-aprovados, elaborou um sinal e o pôs à prova. Em uma decisão da maioria, o sinal foi aprovado e passou a ser utilizado pela comunidade surda.

Sobre o compromisso envolvido nessa votação, fica evidente o importante papel de um sinal no seu entorno. Longe de cumprir unicamente uma função de “transmissão”, conforme advogam alguns estudiosos da teoria da comunicação, a expressão de um povo é reflexo da sua interação com o meio, das pautas defendidas e de um anseio comum. Desse modo, a nomeação passa a representar uma confluência de ideias em uma decisão verdadeiramente relevante no contexto local.

Na mesma linha, a popularização do sinal da UFRGS considerou a melhor decisão no âmbito da comunidade surda. Nesse caso, em específico, a justificativa foi de ordem linguístico-discursiva, como se verifica a seguir:

Figura 4 – Sinal de “Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)”

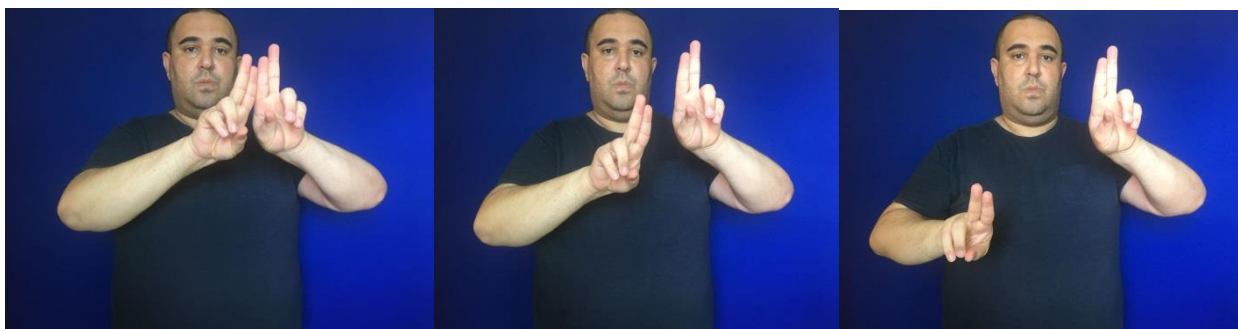


Fonte: Elaborado pelo autor.

De início, o sinal para retratar a UFRGS não era semelhante ao exposto na Figura 4. Em um pronunciamento público, uma surda aludiu à referida universidade fazendo uso do mesmo sinal que o de “Governador”, contudo, por questões de interpretação, optou-se por não utilizá-lo novamente. Essa escolha vocabular era inadequada, pois levava à ambiguidade e comprometia a qualidade da articulação linguística do enunciador. Considerando isso, de modo análogo à nomeação das instituições já explicitadas, selecionaram um aspecto do logotipo da universidade, qual seja, o fogo no canto superior da imagem.

Por fim, o referente a UFRJ, cuja representação, desde o princípio, abarcou ao menos duas possibilidades. Uma delas, à frente, é a designação mais usual:

Figura 5 – Sinal de “Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)”



Fonte: Elaborado pelo autor.

No fito de reconstituir a origem do sinal da Figura 5, lança-se luz a um uso corriqueiro, anterior à sua criação. Trata-se da soletração manual, já há muito utilizada por uma professora surda da instituição, responsável pela área de linguística. Sendo uma docente antiga, seu uso era propagado como a forma mais adequada para fazer menção à universidade, porém, um aluno surdo, estudante de artes e participante de um projeto de pesquisa, criou um



sinal próprio, o qual passou a ser utilizado pela comunidade surda. Como motivação para a sua concepção, levou-se em conta o teleférico do pão de açúcar, e o percurso por ele percorrido.

Vale destacar que, diferentemente das demais instituições, tanto a soletração manual quanto o sinal servem à conversação diária. Consolidado pelo tempo, o empréstimo linguístico da língua portuguesa resiste ainda como uma das maneiras possíveis de se expressar, escolha sujeita à preferência do enunciador.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A linguística como área de conhecimento, é sabido, comporta diversas interpretações, a depender da vertente teórica adotada. No caso dos surdos, os estudos linguísticos, não há muito, passaram a compreender as especificidades das línguas de sinais. Embora embrionários, estudos como este favorecem a disseminação de pesquisas nas áreas do Funcionalismo, da Análise do Discurso e da Linguística Textual. Isso porque as dimensões da iconicidade e da arbitrariedade ainda são alvo de questionamento, no que se refere à Libras, e as investigações sobre a inter-relação entre a sinalização e a realidade extralinguística vêm a contribuir nesse sentido.

Ao final desta investigação, fica evidente a pluralidade de motivações para a nomeação, algumas de ordem prioritariamente linguística, outras de ordem estritamente sociocultural. Especialmente nos sinais das universidades brasileiras, este trabalho demonstrou o papel crucial da logo da instituição. Como esses símbolos são uma representação largamente conhecida, aqueles que se veem na incumbência de criar um sinal optam por se aproveitar dessas marcas pré-estabelecidas e revesti-las de uma nova roupagem.

Ademais, a pauta ideológica, por vezes, precede a concepção de sinal como código. Assim, os surdos decidem fazer alterações no modo corrente como se utiliza determinado vocábulo em Libras, dada a sua inclinação por uma língua livre de amarras do português. Expressões, mesmo canonizadas, podem ser preteridas e reformuladas, e essas mudanças, diferentemente nas línguas orais-auditivas, parecem ocorrer com maior naturalidade. Possivelmente, essa inserção lexical tem a ver com a expansão acadêmico-científica dos Estudos Surdos e a frequente novidade com que se deparam no diálogo com os pares.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (Voloshinov) **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAUMAN, Z. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BRASIL. Decreto nº 5626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2009.

LADD, Paddy. Deafhood: A concept stressing possibilities, not deficits. **Scandinavian Journal of Public Health**, [S.l.], n. 33, 2005.

PERLIN, G. **O ser e o estar sendo surdo**: alteridade, diferença e identidade. 2003. 152 p. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

STOKOE, W. **Sign Language Structure**. Silver Spring: Linstok Press, 1960.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

STROBEL, K; FERNANDES, S. **Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais**. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.